

Notícia do mês

Mercosul e UE suspendem negociação

O Mercosul suspendeu ontem as negociações com a União Européia (UE), na tentativa de forçar o parceiro a melhorar a sua oferta agrícola. A gota d'água foi o anúncio europeu de que as cotas oferecidas ao Mercosul e que seduziram os seus eficientes produtores rurais não entrariam imediatamente em vigor, mas seriam escalonadas em dez anos. "A oferta agrícola é que justifica essa negociação. O parcelamento das cotas tornaria a proposta agrícola praticamente inexistente", diz o embaixador Régis Arslanian, chefe da delegação brasileira e do Mercosul, pois o Brasil é o atual presidente do bloco. A iniciativa surpreendeu o outro lado. "Não entendo e estou muito surpreso", reagiu Karl Falkenberg, negociador-chefe europeu. "O parcelamento é normal e está, por exemplo, em nossos acordos com o Chile e o México."

As duas partes fizeram questão, porém, de deixar claro que não se estava produzindo uma ruptura total da negociação. Tanto é assim que a suspensão diz respeito apenas às reuniões entre os coordenadores, que, a rigor, dão tratamento político às negociações. Os técnicos continuarão reunidos até amanhã, o dia em que deveria terminar o encontro do CNB (Comitê de Negociações Birregionais, mais alta instância técnica da negociação). Além disso, foi mantida a data de 9 de agosto para uma nova reunião, com os coordenadores, em Brasília (www.folha.uol.com.br, 22 julho 2004).

Se confirma la suspensión de la reunión Mercosur-Unión Europea y su reinicio en el mes de agosto

Brasil confirmó la suspensión de la reunión negociadora de los coordinadores del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) y la Unión Europea (UE), por una propuesta inaceptable de esta, y su reanudación aquí el 9 de agosto.

Un comunicado de la cancillería indica que las conversaciones continuarán en nivel técnico hasta el día 23, fecha en que debía haber concluido la cita de los coordinadores, que abordan en un plano más amplio los aspectos de un acuerdo de libre comercio que ambos bloques discuten desde 1999.

La suspensión se produjo en Bruselas por una propuesta de la UE de establecer un sistema gradual de cuotas en 10 años para las exportaciones de carnes del bloque sudamericano hacia Europa, de modo que podría enviar sólo seis mil toneladas en el primer año hasta llegar a 60 mil en el décimo (www.argenpress.info, 21 julho 2004).

promoção/promoción



Coordenadora de Centrais
Sindicais do Cone Sul

edição/edición



Consultoria Econômica Social Integrada

Europa muda cotas na espera de novas ofertas do Mercosul

O Mercosul acusou o golpe ontem: o que parecia uma melhora nas cotas agrícolas que a União Européia está oferecendo esta semana para o bloco do cone sul aumentar a exportação de carnes, etanol, milho, arroz, lácteos e outros produtos, acabou visto com cara de retrocesso.

Bruxelas ofereceu aumentar de 50% para 60% o percentual inicial das cotas. Antes, a proposta dava 50% da cota na assinatura do acordo e o resto eventualmente após a negociação na Organização Mundial de Comércio (OMC). Mas negociadores do Mercosul esclareceram que agora a UE quer dar os 60% ao longo de dez anos e não de uma vez.

Além disso, a atual tarifa intra-cota seria cortada apenas pela metade e não zerada. Assim, a exportação de carne bovina não passaria de 50 mil para 60 mil toneladas desde o início da vigência do acordo regional, mas sim de 50 mil para 6 mil toneladas com tarifa de 10%.

O chefe da delegação brasileira, embaixador Regis Arslanian, deixou claro que o Mercosul poderia recuar em suas concessões se Bruxelas mantivesse a nova proposta na mesa até outubro. Mas o negociador europeu Karl Falkenberg sinalizou que Bruxelas está pronta a melhorar a oferta, desde que o Mercosul também o faça.

Os dois blocos negociaram produto por produto, envolvendo a liberalização dos produtos agrícolas processados (PAPs), de especial interesse do Mercosul. Bruxelas oferece eliminar a tarifa para café solúvel em troca do fim da tarifa no Mercosul na exportação de espirituosos (uíscue, conhaque, etc). Também oferece reciprocidade plena em massas (o Brasil tem problemas), biscoitos (aqui é a Argentina que tem problemas), cigarros, charutos.

Na pesca, há também interesse europeu de reciprocidade plena. O Brasil mostra sinal de interesse porque exporta US\$ 200 milhões de camarões. E sem tarifa, sua competitividade aumenta.

Os europeus também dizem aceitar a eliminação de subsídios na exportação para o Mercosul de produtos como trigo, malta e cevada, lácteos e cereais. A UE quer em contrapartida que o Mercosul melhore suas ofertas em serviços e compras governamentais.

No segundo, admite uma sensibilidade bem maior para as preocupações do Mercosul. Assim, aceita o limite para não participar em licitações públicas de Estados e municípios. Também aceita o tratamento reservado a empresas brasileiras por razões de política industrial (www.valor.com.br, 21 julho 2004).

UE quer oferta melhor em serviços e investimentos

A União Européia (UE) espera que o Mercosul ofereça melhoras reais em suas ofertas às empresas européias de serviços, investimentos e compras governamentais, e não só esclarecimentos, declarou ontem o diretor-geral de Comércio da Comissão Européia (CE), Karl Falkenberg. Os negociadores da CE e do Mercosul realizam nesta semana em Bruxelas uma rodada de negociações, dentro do processo para um acordo de livre comércio, diálogo político e cooperação, que as partes esperam concluir em outubro.

Enquanto o Mercosul exige que a UE que aumente o acesso dos produtos agrícolas sul-americanos a seu mercado, a União quer melhorias na oferta do bloco sobre compras governamentais, transporte marítimo, telecomunicações, finanças, serviços postais e investimentos. Segundo Falkenberg, as autoridades sul-americanas fizeram chegar à UE "esclarecimentos" mas "não realmente melhorias" naqueles setores onde as empresas européias têm interesses. "Continua havendo algumas contradições entre o desejo expresso dos países do Mercosul de receber mais investimentos europeus e os limites que põem sobre a mesa", advertiu Falkenberg, que no entanto se mostrou "otimista" sobre as possibilidades de conseguir avanços antes da conclusão das negociações. Por sua vez, o Mercosul também não está satisfeito com os ajustes que a UE fez em sua oferta agrícola.

A oferta inicial da CE sobre as cotas de importação para certos produtos agropecuários sul-americanos vincula 50% da abertura do mercado europeu à conclusão da rodada de negociações da OMC. A CE oferece agora a redução, em 40%, desta relação, mas o Mercosul exige muito mais, reconheceu Falkenberg. Quanto aos produtos agrícolas processados, onde o Mercosul dispõe de uma das indústrias mais competitivas do mundo, segundo Falkenberg, a UE está disposta a abrir seu mercado, tanto quanto o Mercosul.

O diretor de Negociações Internacionais do Brasil, Régis Arslanian, que ocupa a presidência do Mercosul, considerou um passo proveitoso as últimas concessões agrícolas realizadas pela UE, mas insistiu que o bloco espera mais avanços. Falkenberg defende acordos parciais sobre os produtos menos sensíveis para as duas partes, de modo que se consolide um pacote suficientemente bom para permitir debater as coisas mais difíceis nos próximos encontros. E Arslanian considera positivo que se comece a negociar produto por produto: "é o que se deve fazer no momento". (*Gazeta Mercantil, 21/07/04*)

La Unión Europea buscara contactos con el Mercosur para desbloquear la negociaciones comerciales.

Voceros de la Unión Europea indicaron que los comisarios europeos de Comercio, Pascal Lamy, y Agricultura, Franz Fischler, podrían entrevistarse con sus homólogos del bloque sudamericano en la ciudad suiza, donde asistirán a las discusiones de la Organización Mundial del Comercio (OMC).

Los expertos consideran que esa sería una oportunidad dorada para intercambiar examinar los factores que llevaron a la suspensión de las conversaciones.

El MERCOSUR aplazó esta semana la ronda de discusiones con 'los 25' que se efectuaba en esta capital, al considerar que la propuesta agrícola europea resultaba insatisfactoria, según analistas vinculados a las negociaciones.

Para los miembros del organismo integracionista, a pesar de las concesiones realizadas en materia de apertura de sus mercados para las empresas financieras, de telecomunicaciones y transporte marítimo, la UE reclamó mayores esfuerzos sin ofrecer nada a cambio.

Ante esa posición, la Comisión Europea ratificó que el proyecto presentado a la entidad sudamericana representa la mayor oferta realizada por la UE en su historia para lograr un convenio de intercambio sin restricciones.

No obstante, la instancia ejecutiva añadió que se discutieron las alternativas para una eventual modificación del proyecto, bajo la condición de que exista cierto equilibrio respecto a los intereses comunitarios en capítulos como el industrial, donde esperan mas flexibilidad por parte del MERCOSUR.

En Bruselas se descartó una suspensión formal de las conversaciones, pues se mantienen contactos a nivel técnico en temas como la solución de controversias y reglas de origen, en tanto se espera una nueva ronda de negociaciones para el mes próximo en Brasilia. (*Argenpress, 23/07/2004*)

Mercosul-CAN

Reunión de la CAN y el Mercosur instan a Sudamérica a dejar de vivir a la sombra de Estados Unidos

El dirigente legislativo subregional hizo el planteamiento en la clausura de un encuentro parlamentario de la Comunidad Andina de Naciones (CAN) y el Mercado Común del Sur (MERCOSUR), que agrupan a casi todos los países sudamericanos.

La cita propugnó trabajar por la Unión Sudamericana de Naciones, proyecto que no es del agrado de Estados Unidos, según el ex presidente argentino y titular de la Comisión del MERCOSUR, Eduardo Duhalde.

Urquidí destacó que América del Sur tiene 17 millones de kilómetros cuadrados, 380 millones de habitantes e ingentes riquezas naturales, con lo cual puede formar un bloque poderoso y desempolvar la utopía unitaria del Libertador Simón Bolívar. Sin integrarse, advirtió, los países del área solamente podrán aspirar a vivir bajo la compra de Washington, dependiendo de su mala o buena voluntad, lo que perfila 'un futuro poco digno'.

Otro será el destino de las naciones sudamericanas si forman un bloque, caso en el cual, por ejemplo, organismos internacionales como el Fondo Monetario Internacional (FMI) que imponen sus criterios a los gobiernos de la zona, tendrán que asumir otra actitud.

Los legisladores del CAN y el MERCOSUR acordaron institucionalizar un espacio parlamentario sudamericano como pilar fundamental de la consolidación de la unión regional de naciones.

Esa instancia estará a cargo de la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) y Chile, y el Parlamento Andino (Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela).

La reunión propugnó además establecer una zona de libre comercio CAN-MERCOSUR, como pilar fundamental del proceso de integración hacia la consolidación de la Unión Sudamericana de Naciones.

En lo social, el encuentro planteó generar los mecanismos políticos necesarios para el fomento y consolidación de una zona de paz sudamericana, entendida no solamente como esencia de conflictos, sino como condición del desarrollo humano(www.argenpress.org, 30 junho 2004).

OMC

Acordo acomoda divergências na OMC

O chamado "não grupo dos cinco" - Brasil, Estados Unidos, União Europeia, Austrália e Índia, o NG-5 - chegou ontem (28/07), em princípio, a um entendimento agrícola, acomodando suas divergências para tentar fazer avançar a Rodada de Doha. Negociadores dos cinco países chaves da negociação agrícola indicaram que houve acerto sobre a linguagem em um certo número de pontos sob negociação nos três "pilares" do acordo: **corte de tarifas, apoio doméstico e subsídios à exportação**.

Na questão mais polêmica, dos **"produtos sensíveis"** - que os países industrializados poderão excluir da liberalização-, os cinco acabaram chegando ao acordo possível. Foi eliminado o famoso artigo 32 do texto do mediador Tim Groser, pelo qual "produto sensível" era equivalente ao número de cotas tarifárias, o que restringia enormemente o impacto da negociação agrícola para países exportadores como o Brasil. Agora, a idéia é de que um país poderá selecionar seus produtos que ficarão praticamente fora da liberalização, mas respeitando determinados critérios.

Os temas que ainda serão discutidos

<ul style="list-style-type: none">■ Agricultura• A seleção e tratamento de produtos sensíveis, que ficarão fora da liberalização será decidida na segunda etapa da negociação.• O mediador decidirá se submete a proposta do NG-5 para que subsídios internos sejam cortados 20% desde o primeiro dia do acordo agrícola da Rodada Doha.• Também deve decidir se submete aos países proposta para que os subsídios da "caixa azul" (vinculados a limites na produção) tenham teto de 5% do valor total da produção• Os subsídios à exportação serão eliminados em data a ser negociada mais tarde.■ Algodão• Negociações prosseguem pela madrugada entre os EUA e países africanos, que querem um calendário para a eliminação dos subsídios desse produto.	<ul style="list-style-type: none">■ Produtos industriais• Impasse. EUA, UE, Canadá, Japão querem um texto ambicioso para cortes das tarifas e negociação setorial obrigatória. O Brasil e outros países em desenvolvimento têm várias objeções. O mediador da negociação prepara seu próprio texto, para novas discussões.■ Serviços• A UE quer data para que os países completem as ofertas para abrir seu mercados.■ Desenvolvimento• O Brasil pediu o obtivo uma nova linguagem sobre a questão de "implementação", que visa resolver problemas enfrentados pelos países na adoção de acordos da Rodada Uruguai. Mas não está claro como a questão será tratada no futuro.
---	---

Valor Econômico, 30/07

No pilar de **apoio doméstico** (subsídios a produção e comercialização), foi aceito o princípio de "down payments" , pelo qual a redução dos subsídios começará a partir do momento em que o acordo entrar em vigor. Mas restará a divergência sobre a redefinição da "caixa azul" , desejada pelos Estados Unidos para continuar garantindo preços a seus produtores. Sem entendimentos sobre a demanda americana e tampouco sobre a exigência europeia e brasileira de disciplinas para fazer o controle dos programas de subsídios, a questão foi deixada para mais tarde.

No terceiro pilar, de **subsídios a exportação**, que tem causado confronto entre os Estados Unidos e a União Europeia, o que os cinco acertaram foi que o texto da OMC seja mais específico sobre a redução dos subsídios nos créditos a exportação, ajuda alimentar e monopólio de produtos agrícolas por empresas estatais.

Um negociador do G-20 disse que o avanço para o Brasil no acordo de ontem entre o NG-5 é enorme em comparação ao texto de Cancun e mesmo ao primeiro documento proposto por Tim Groser - a começar pelo ganho da eliminação dos subsídios a exportação, que abre espaço para suas exportações de carnes, açúcar, lácteos.

Mas negociadores do próprio NG-5 trataram com extrema cautela seu "acordo em princípio" , notando o fracasso do entendimento entre os dois elefantes do comércio mundial - EUA e EU - em Cancun, diante da resistência dos outros países.

EUA e UE aceitam corte de 20% nos subsídios agrícolas- Por proposta do Brasil, os Estados Unidos e a União Europeia aceitaram uma redução de 20% em sua capacidade de subsidiar seus agricultores desde o primeiro dia de um futuro acordo agrícola da Rodada de Doha.

Se esse entendimento entre os cinco - Estados Unidos, União Europeia, Brasil, Índia e Austrália - for incluído no texto agrícola da OMC nesta sexta-feira e aceito pelos outros países, significará uma redução de cerca de US\$ 30 bilhões nos subsídios distorcivos ao comércio que americanos e europeus, juntos, são autorizados a dar pelo acordo agrícola em vigor.

A posição dos cinco principais atores da negociação foi explicada ontem pelo ministro Celso Amorim, o negociador americano Robert Zoellick e o comissário europeu Pascal Lamy ao diretor-geral da OMC, Supachai Panitchpakdi.

Segundo fontes que participaram das reuniões, foi o corte de 20% só foi aceito pelos EUA se aplicado sobre o limite máximo, que para os EUA é por volta de US\$ 49 bilhões e para a UE de US\$ 100 bilhões por ano. Na prática, a redução será menor porque os gastos de ambos são mais baixos. Mas negociadores notam que houve um avanço comparado à Rodada Uruguai, onde o corte foi de 20% apenas sobre uma parcela das ajudas distorcivas ao comércio, que afetam a agricultura dos outros países.

Em troca dessa concessão, Washington conseguiu uma modificação na categoria de subsídios de "caixa azul" (vinculados a limite na produção) para acomodar alguns programas agrícolas americanos, condicionado a disciplinas que serão negociadas mais tarde. Além disso, os cinco acertaram um limite nos gastos da "caixa azul" , fixado a 5% do valor total da produção agrícola. (*Valor Econômico* , 29 e 30/07/04)

Brasil quer rever itens da Rodada Uruguai

Há 23 questões que afetam as políticas nacionais para os países em desenvolvimento: normas sobre comércio e balanço de pagamentos; dificuldades na adoção de regras aduaneiras e obstáculos ao comércio. EUA e UE não querem revisar o que já foi negociado na Rodada Uruguai.

O Brasil introduziu ontem um tema adicional na atual negociação da Organização Mundial de Comércio (OMC). Na reta final das barganhas, Brasília passou a pressionar para que o texto que sairá até hoje estabeleça claramente onde e como será tratada a questão da revisão dos acordos que foram negociados na Rodada Uruguai (1984-1996), a última grande negociação comercial

multilateral.

No jargão da OMC, isso se chama "implementação" e diz respeito aos problemas que países em desenvolvimento enfrentaram para colocar em prática acordos firmados na Rodada

Uruguai. Muchos países não adotaram determinados acordos por razões técnicas, outros por problemas financeiros e há também os que ignoraram as regras por questões políticas.

O interesse do Brasil na discussão sobre "implementação", é manter na agenda sua demanda por flexibilidade na adoção de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. O objetivo do país é a revisão de dois acordos especialmente sensíveis: o Acordo sobre Medidas de Investimento relacionadas ao Comércio (TRIMs em inglês), e o Acordo sobre Medidas de Propriedade Intelectual e Comércio (Trips).

A iniciativa brasileira, faltando poucas horas para o fechamento do texto do acordo, ontem, recebeu diferentes reações. O secretário de Comércio Exterior da Argentina, Martin Redrado, e o ministro de Comércio da Guiana, Clemente Rohhe, lamentaram que a iniciativa tenha vindo um pouco tarde.

O Brasil quer assegurar um órgão próprio para discutir "implementação", para insistir na revisão de Trims e obter flexibilidade para alinhar a entrada de investimentos com objetivos de desenvolvimento nacional. Um exemplo é a concessão de incentivos em troca de exigências de desempenho de exportação e de conteúdo local. Essas exigências são proibidas, hoje. (*Valor Econômico, 29/07/04*)

Norte y Sur buscan acuerdo sobre comercio

El Norte y el Sur intentarán esta semana poner las bases de un acuerdo histórico para liberalizar los intercambios internacionales, pero la agricultura sigue siendo el mayor obstáculo entre ricos y pobres y la cuestión que podría hacer perder a la Organización Mundial de Comercio (OMC) su razón de existir.

Los 147 países miembros de la institución tienen desde el martes hasta el viernes a la medianoche para lograr un entendimiento y relanzar las negociaciones del ciclo de Doha, iniciado a finales del 2001 y paralizado desde la reunión ministerial del pasado septiembre en Cancún (México).

En aquella ocasión, surgieron diferencias irreconciliables entre ricos y pobres sobre la agricultura, un sector excesivamente protegido por los países industrializados, lo cual perjudica a los que están en vías de desarrollo.

El reto de esta reunión de Ginebra será aplicar a la agricultura las mismas reglas comerciales que están en vigor para el resto de los productos industriales desde la creación del GATT, el predecesor de la OMC, en 1948.

Un nuevo fracaso pondría en entredicho la misión de la Organización, que insiste en poner el comercio al servicio del desarrollo y en la necesidad de optar por el multilateralismo en el siglo XXI y dejar de lado el regionalismo y el bilateralismo.

"Esta vez, debemos lograrlo porque si no, no puedo imaginarme las consecuencias para este ciclo de negociaciones y para la organización", admitió esta semana el director general de la OMC, Supachai Panitchpakdi.

Según él, el acuerdo ofrece la posibilidad histórica de poner fin a las subvenciones a la exportación que los países ricos conceden a sus agricultores, tal y como indica un proyecto que la OMC ha presentado a mediados de julio como base de negociación.

Sin embargo, los países en vías de desarrollo, agrupados en el G-20, donde se incluyen también varios Estados latinoamericanos, consideran que el texto necesita ser más claro sobre la eliminación de las medidas proteccionistas para la agricultura aplicadas por el mundo industrializado.

Además, consideran que los países ricos deben poder proteger sólo un número muy limitado de productos agrícolas considerados sensibles y critican que este texto de compromiso que no otorgue una atención prioritaria a la cuestión del algodón.

La semana pasada, los embajadores de cada país ante la OMC participaron en una reunión previa en Ginebra donde se registraron retrocesos incluso en las negociaciones sobre productos industriales, un sector considerado no problemático.

A ojos de los expertos, los países en vías de desarrollo se niegan a hacer cualquier concesión mientras los Estados industrializados no muestren una actitud más conciliadora en lo referente a la agricultura. Este panorama hace prever negociaciones largas y complicadas en Ginebra. (ABC Collor, 27/07/04)

Notas

Doha y el compás de espera en las negociaciones

La decisión de suspensión de las reuniones de Coordinadores con la Unión Europea fue adoptada después que la Unión Europea no respondiera al pedido de mejoramiento de ofertas para los productos agrícolas y procesados realizadas por Mercosur, en tanto que esta región había realizado avances en los pedidos de la UE en materia de servicios e inversiones. Adicionalmente las cuotas de productos agrícolas ofrecidas, de por sí insatisfactorias, serían escalonadas en un período de diez años, lo cual fue considerado por el MERCOSUR como un desmejoramiento de la oferta, explica un comunicado de la Cancillería argentina en relación con la reunión de Bruselas.

La Delegación de Brasil, que durante este semestre está a cargo de la Presidencia, expresó además que mientras la Unión Europea retrocedió en materia agrícola había agregado nuevas demandas en servicios, compras gubernamentales y en el acceso al mercado de productos industriales, lo que obligaba a un replanteo general de las negociaciones. La posición fue apoyada por el delegado argentino, el subsecretario de Integración Económica de la Cancillería, Eduardo Sigal, quien recalcó la necesidad de lograr un acuerdo equilibrado y manifestó su "gran preocupación por la falta de flexibilidad que los negociadores de la Unión Europea manifestaron en estas reuniones". "El Mercosur hizo los movimientos necesarios", dijo Sigal, "ahora es la Unión Europea la que tiene que dar un nuevo paso y mejorar sus ofertas para destrabar la negociación y llegar a firmar el acuerdo en octubre. Hasta ahora lo ofrecido, es insuficiente".

En la última oferta de bienes, intercambiada en mayo último, "el Mercosur hizo un gran esfuerzo y puso sobre la mesa el 88,2% de las importaciones, que son de gran sensibilidad. O sea que a 10 años liberaliza todo su arancel, que es su única protección", explicó la negociadora argentina María del Carmen Squeff en un seminario de la Universidad de Bologna en Buenos Aires.

El Mercosur negocia además sobre la base del arancel "aplicado" (que oscila entre el 0 y el 20%, salvo en el sector automotor, que llega al 35%) y no con el "consolidado en la OMC, que es del 35%. Es decir que el Mercosur está dando a la UE la diferencia entre el 35% y el arancel que aplica".

En lo que se refiere a la oferta europea, se trataba ya en el mes de mayo de una categoría de desgravación "vieja", aunque es cierto que incluía a productos de la lista E (de desgravación con plazo a 10 años), que incluye productos agrícolas, de interés para el Mercosur, aunque sólo forman parte del 7% de la oferta. En esta oferta están incluidos los productos de categoría A de desgravación inmediata, pero se trata del complejo oleaginoso, que ya estaba casi totalmente liberalizado.

La expectativa por tanto estaba puesta en las cuotas. El principal conflicto se relacionó con la exigencia de la Comisión Europea de introducir paulatinamente, en un plazo de diez años, las cuotas de acceso al mercado comunitario de productos sudamericanos como la carne de ternera, el pollo o el etanol, y no de forma inmediata desde la firma del acuerdo, señala un informe de CELARE.

La falta de respuesta de la Unión Europea se debería a la incertidumbre sobre los resultados de las negociaciones de la Ronda Multilateral de Doha donde la agricultura constituye el punto central de conflicto entre el G-20 –en el que están enrolados Argentina y Brasil- y los Estados Unidos además de la Unión Europea. De acuerdo con la lectura de la Cartera argentina de Relaciones Exteriores, los negociadores europeos habrían informado que sobre la posibilidad de mejorar su oferta al Mercosur una vez conocidos los resultados de la reunión del Consejo

General de la OMC. Esta reunión está analizando en Ginebra el acuerdo marco que determinará las pautas que deberá seguir el proceso de desgravación arancelaria. Uno de los temas de conflicto con las naciones emergentes es la posición de países desarrollados de excluir de la liberalización de aranceles a toda una serie de productos agrarios que consideran sensibles.

Si bien en Ginebra se retomarán los contactos bilaterales, la próxima ronda de negociaciones Mercosur/ Unión Europea se producirá en Brasil en el mes de agosto. (*ABC Mercosur*, 28/07/04)

UE-Mercosul, uma negociação desequilibrada

Paulo Nogueira Batista Jr.

Fez bem o Mercosul de suspender as negociações com a União Européia. Na reunião de Bruxelas, os europeus conseguiram o que ninguém acreditava ser possível: piorar a sua proposta de abertura dos mercados agrícolas.

Mesmo antes desse recuo, as ofertas da União Européia para bens agrícolas e agroindustriais deixavam muito a desejar. As cotas oferecidas eram modestas e diziam respeito a apenas alguns produtos. Vários produtos importantes para o Brasil parecem ter ficado inteiramente fora da proposta européia.

Como os entendimentos Mercosul-União Européia vêm transcorrendo com pouca transparência e os documentos da negociação não são de conhecimento público, é impossível chegar a uma avaliação segura dos ganhos e das perdas envolvidos. Porém algumas coisas ficaram claras.

O que está se configurando não é uma área de livre comércio. No que diz respeito ao comércio de mercadorias, um eventual acordo seria flagrantemente desequilibrado. Haveria, por um lado, uma liberalização bastante restrita para a agricultura. Por outro lado, a abertura seria ampla para produtos industriais. Só para bens industriais é que faria sentido falar em livre comércio.

Um acordo desse tipo dificilmente poderá interessar ao Brasil. O nosso ganho potencial com a abertura dos mercados industriais europeus é pequeno. As tarifas de importação aplicadas pela União Européia nessa área já são baixas, em razão dos níveis consolidados na OMC e das preferências concedidas no âmbito do Sistema Geral de Preferências.

Já as empresas industriais européias se beneficiariam consideravelmente do rebaixamento das tarifas mais elevadas aplicadas pelo Mercosul. Diversos segmentos industriais brasileiros teriam provavelmente grande dificuldade de enfrentar a livre competição com as grandes corporações européias.

Os problemas não terminam aí. Assim como a ALCA, a negociação com a União Européia vai muito além do comércio de bens. Envolve, também, várias outras áreas de importância estratégica. Por exemplo: serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual, como comentei em artigo publicado nesta coluna no mês passado ("Réquiem para o acordo Mercosul-União Européia?", 17 de junho de 2004). Ainda que a União Européia seja menos ambiciosa do que os EUA, as suas demandas para essas áreas, se aceitas pelo Mercosul, representariam restrições provavelmente graves à formulação de projetos nacionais ou regionais de desenvolvimento.

Pelo que se sabe, os nossos negociadores vinham apresentando, nos últimos meses, concessões sucessivas em serviços, investimentos e, mais recentemente, compras governamentais. A sua esperança era induzir os europeus a melhorar a sua oferta agrícola. Nesta semana, ironicamente, aconteceu o contrário.

Esse esforço do Mercosul era difícil de compreender. Não se pode, obviamente, dissociar as negociações com os europeus das demais negociações em que estamos envolvidos, notadamente as da OMC e da Alca. Desde o início de 2003, o governo brasileiro vem liderando complicada manobra diplomática com o intuito de equilibrar a agenda da ALCA. Um dos principais objetivos desse esforço é depurar essa agenda de temas com os quais o Brasil tem dificuldades, entre eles justamente serviços, investimentos e compras governamentais. Por esse e outros motivos, a ALCA emperrou.

Mas não vamos nos iludir. Os EUA não abandonaram a ALCA. É provável que Washington retome a iniciativa depois das eleições presidenciais, seja com Bush, seja com Kerry. As concessões que o Mercosul fizer à União Européia constituirão o patamar mínimo para as demandas dos EUA.

As negociações com os europeus tendem, portanto, a contaminar a posição do Mercosul em outras negociações, notadamente a da ALCA. O efeito poderá ser desastroso se viermos a ceder em temas como bens industriais, serviços, investimentos e licitações públicas, em troca de migalhas na área agrícola.

Vale a pena notar o seguinte: o intrigante silêncio de Washington e da nossa numerosa quinta-coluna sobre a ALCA nos meses recentes. Uma explicação possível: estão todos aguardando que a União Européia abra caminho para que, no momento oportuno, os EUA retomem a sua agenda comercial para as Américas.

Segundo Nelson Rodrigues, tudo que é dito uma única vez permanece rigorosamente inédito. Permita-me, leitor, concluir o artigo de hoje com as mesmas palavras que usei na conclusão artigo do dia 17 de junho.

A negociação com a União Européia, assim como a da ALCA, é uma grande perda de tempo. Não se percebe bem o que nos move a continuar com essas tratativas. Os benefícios são duvidosos. Há riscos consideráveis para a indústria do país e a autonomia da política econômica.

Melhor faria o Brasil se concentrasse os seus esforços naqueles campos que parecem mais promissores (ou menos problemáticos): as negociações multilaterais na OMC e os acordos comerciais com outros países em desenvolvimento. *(FSP, 22/07/04)*

ONGs contestam presença do país no "Grupo dos 5"

A participação do Brasil e da Índia ao lado dos Estados Unidos, União Européia e Austrália no restrito "Grupo dos 5" - que negociou as bases de um acordo agrícola na Organização Mundial de Comércio (OMC) - passou a ser alvo de contestação por parte de organizações não governamentais (ONGs).

Várias ONGs - Oxfam Internacional, Greenpeace, ActionAid, Focus on the Global South e Instituto para Agricultura e Política Comercial (dos Estados Unidos) -, levantam problema de legitimidade porque Brasil e Índia negociam e todos os outros países em desenvolvimento são excluídos.

As ONGs alertaram ser irrealista acreditar que em 24 horas os outros países em desenvolvimento vão aprovar um acordo negociado a portas fechadas entre os cinco.

Para Céline Charveriat, da Oxfam Internacional, uma ONG relativamente moderada, o Brasil e a Índia caíram "numa armadilha" ao aceitarem o convite da União Européia, porque sua participação no NG-5 "cria tensões, desunião e suspeitas entre países em desenvolvimento".

Já Charveriat acha que o Brasil e a Índia aceitaram com "boa fé" o convite da União Européia e dos Estados Unidos para entrar no restrito NG-5, mostraram flexibilidade, mas caíram na tentação de achar que estão falando de igual para igual com os dois elefantes do comércio mundial.

Na visão de Phil Bloomer, também da Oxfam, a verdade é que os EUA e a UE dominaram a negociação como no passado, e se houver fracasso hoje na OMC a culpa é de ambos. "Se não fazemos nada nos acusam de passividade, se fazemos somos acusados de forçar", reclamou um assessor da UE.

As entidades insistiram que a frustração é enorme entre os países em desenvolvimento, que se sentem excluídos e que suspeitam que seus interesses não tem sido levados em conta. Além disso, vários países estariam sofrendo fortes pressões para aceitar o acordo. *(Valor Econômico, 30/07/04)*

Para contacto use o e-mail msilvia@uol.com.br